



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

Secretaria Geral Parlamentar  
Secretaria de Documentação  
Equipe de Documentação do Legislativo

### **JUSTIFICATIVA - PL 0369/2021**

Considerando a necessidade de adequação da legislação municipal ao recebimento do fluxo de turistas de outras localidades nacionais e internacionais, bem como que o fluxo de veículos rodoviários de transporte de passageiros, modelos ônibus, micro-ônibus e Vans, sendo que, caracterizam-se como serviço complementar na prestação de serviços turísticos assim definidos na Lei Federal 11.771/2008 e, ainda, que nossa cidade é a capital nacional de eventos e abrange três portões internacionais aéreos, que trazem a grande maioria de turistas nacionais e estrangeiros para participar de tais eventos e o deslocamento em transporte coletivo é essencial para sua realização, o presente Projeto de Lei de alteração de alguns pontos da Lei Municipal 16.311/2015 se faz necessária para ampliar o apoio às ações de promoção turística e de atração de novos eventos para a cidade de São Paulo, a capital nacional de eventos, que certamente representará mais movimentação turística na cidade, especialmente o turismo rodoviário das várias cidades polo de emissão que ficam num raio aproximado de 1.000 kms da capital paulista, sendo assim uma grande fonte de recursos para a economia municipal.

Os principais problemas a serem corrigidos com essa proposta são as restrições impostas ao tráfego dos ônibus de Turismo no centro expandido de SP, na assim denominada ZMRF-Zona Máxima de Restrição a Fretados.

Mostra-se necessário corrigir algumas regras que hoje regulamentam tal serviço de transporte turístico de superfície na cidade, especialmente aos ônibus de Agências de Turismo do interior que levam pessoas à capital para participar de eventos, negócios, cultura ou de lazer, como exemplo peças de teatro, Circo, shows, eventos gastronômicos etc. de forma a sanar as diversas dificuldades que tal legislação impõe às pequenas Agências de Turismo que possuem ônibus e realizam excursões e viagens para a cidade de São Paulo.

Na esfera Federal, observamos na prestação de nossos serviços o disposto nas Leis Federais 11.771/08, 12.974/14 e 10.233/01, que, inclusive, regulamentam os serviços de transporte turístico de superfície, nas esferas interestadual e internacional. Ocorre que a cidade de São Paulo não se atentou que os ônibus de turismo são diferentes dos chamados FRETADOS, englobando-os em uma única Lei Municipal, o que gerou uma série de problemas ao primeiro segmento, afastando turistas de São Paulo, principalmente os do interior, que viajam de ônibus.

Existem ainda outros problemas ainda mais restritivos, como: a limitação de idade de frota prevista no atual artigo 4º da Lei Municipal 16.311/15. A legislação nacional a respeito, acima citada não prevê essa restrição, consoante o prescrito na Constituição Federal, artigo 22-XI, o que impedir o direito de trabalho e livre iniciativa das pequenas Agências com frota, impondo restrição sem amparo legal e ainda, a exigência de que a autorização de viagem seja solicitada há mais de 10 dias de antecedência ao acesso na chamada ZMRF-Zona Máxima de Restrição a Fretados. Isso definitivamente inibe qualquer iniciativa de viagens dentro do período, especialmente considerando que determinadas viagens sejam canceladas apenas por essa restrição sem qualquer critério, tirando da cidade de São Paulo potenciais turistas.

A reforma é para permitir que os interessados em adentrar a cidade para fins turísticos possam conseguir a necessária autorização municipal até 24 horas antes da entrada na cidade, mostrando-se essa medida mais justa e adequada às necessidades do serviço, sem trazer qualquer prejuízo à municipalidade.

Por fim, as inovações normativas deste anteprojeto não implicam em impactos orçamentários ou financeiros, em consonância ao imposto pela legislação. Da mesma forma, não se vislumbra, em quaisquer das propostas, possíveis impactos ao meio ambiente.

Portanto, acredito plenamente, que esse projeto beneficiará a toda população e conclamo aos nobres pares para o necessário apoio e aprovação desta proposição para a população de nossa cidade.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 11/06/2021, p. 84

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site [www.saopaulo.sp.leg.br](http://www.saopaulo.sp.leg.br).